



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

JARDIEL RICARDO BRANDÃO

**ENSINO DE LEITURA NA SALA DE AULA SOCIOEDUCATIVA DO LAR DO
GAROTO**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JARDIEL RICARDO BRANDÃO

**ENSINO DE LEITURA NA SALA DE AULA SOCIOEDUCATIVA DO LAR DO
GAROTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Artes, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Letras, habilitação Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B817e Brandao, Jardiel Ricardo.
Ensino de leitura na sala de aula socioeducativa do Lar do Garoto [manuscrito] / Jardiel Ricardo Brandao. - 2022.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues, Coordenação do Curso de Letras Portugêses - CEDUC. "

1. Ensino de leitura. 2. Inclusão social. 3. Instituição socioeducativa. I. Título

21. ed. CDD 372.4

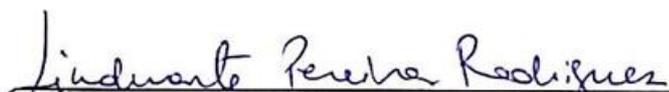
JARDIEL RICARDO BRANDÃO

ENSINO DE LEITURA NA SALA DE AULA SOCIOEDUCATIVA DO LAR DO
GAROTO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Letras e Artes
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de em letras, habilitação Língua
Portuguesa.

Aprovada em: 7/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Josemir Domingos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Laécio Fernandes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, pela dedicação,
companheirismo e amor, DEDICO.

Crianças e adultos se envolvem em processos educativos [...] com palavras pertencentes à sua experiência existencial, palavras grávidas de mundo. Palavras e temas. Assim compreendida e posta em prática, a Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências. Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico, mais além do senso que é, em torno do mundo e de si no mundo e com ele. (FREIRE, 2001, p.9)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PPP	Projeto Político Pedagógico
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Estatuto da criança e do adolescente.....	11
2.2 A Escola no lar do Garoto	13
2.3 Leitura como proposta de inclusão social	14
2.4 EJA como modalidade de ensino no lar do garoto	18
2.5 Formação docente para a aula de leitura na modalidade EJA e no Ensino socioeducativa.....	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 Lócus da pesquisa	22
3.2 Tipologia e objeto de estudo.....	22
3.3 Instrumento de coleta de dados	23
3.3.1 <i>Entrevista</i>	23
3.3.2 <i>Diário de pesquisa</i>	24
4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS	24
4.1 A aula de leitura em uma instituição socioeducativa	24
4.2 Desafios ao ensino de leitura no lar do garoto.....	25
4.3 Preparação profissional para atuação socioeducativa na EJA.....	27
4.4 Importancia da biblioteca para o ensino de leitura socioeducativo	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERENCIAS.....	31

ENSINO DE LEITURA NA SALA DE AULA SOCIOEDUCATIVA DO LAR DO GAROTO

Jardiel Ricardo Brandão

RESUMO

O ensino de leitura desempenha um papel fundamental na construção de sujeitos sociais dotados de múltiplos letramentos, prontos para serem incluídos em sociedade. Por meio de práticas de leitura, busca-se formar leitores reflexivos que possam atuar em sociedade a partir da sua realidade. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objeto de estudo o ensino de leitura direcionado aos adolescentes restritos de liberdade, no Lar do Garoto Pe. Otávio dos Santos. A presente pesquisa desenvolveu-se pelo interesse de investigar a aula de leitura, na instituição socioeducativa (Lar do Garoto), buscando responder a seguinte questão-problema: como o ensino de leitura é desenvolvido pelos professores de língua portuguesa que atuam com o ensino de linguagem, na modalidade EJA, no Lar do Garoto? A fim de direcionar o trabalho ao real significado do problema, temos como objetivo geral: refletir sobre as práticas de ensino de leitura no Lar do Garoto, levando em conta o contexto social dos adolescentes internos. Seguido de três objetivos específicos: descobrir quais práticas de ensino são utilizadas pelos professores de língua portuguesa para executar as aulas de leitura, na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA; identificar as dificuldades existentes para a efetivação do ensino de leitura, numa instituição para adolescentes em conflito com a lei; verificar se houve alguma formação específica para os professores atuarem na modalidade de ensino EJA, no Lar do Garoto. O referido trabalho ocorreu na ECIT Francisco Martiniano da Costa, anexa à instituição socioeducativa Lar do Garoto, situada na cidade de Lagoa Seca-PB. Para compreender o acontecimento do ensino de leitura foi necessário trabalhar a partir de indagações ao profissional da área de letras, em exercício na instituição. Para tanto, além da observação das aulas de leitura, com registros no diário de pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada, a fim de se coletar dados sobre o acontecimento das aulas de leitura e a análise da proposta de ensino de leitura da professora colaboradora da pesquisa. Realizou-se, também, a análise de documentos oficiais que tratam do ensino de linguagens (BNCC, PCN, LDB, OCEM – Língua Portuguesa, entre outros). Os dados foram analisados a partir das contribuições teóricas de Freire (1996), Foucault (1996), Rodrigues (2009; 2016; 2017a; 2017b), Macário e Rodrigues (2018; 2020; 2021), Dantas e Rodrigues (2019), Oliveira e Rodrigues (2019; 2020), entre outros. O estudo justifica-se pela importância que a Educação e o ensino de leitura têm para a ressocialização de adolescentes privados de liberdade, levando em consideração a importância das práticas de leitura voltadas para o contexto social dos indivíduos. Se impõe relevante também por demonstrar a necessidade de ampliação de propostas de melhoria do ensino de leitura que alcancem instituições socioeducativas em prol do desenvolvimento do sócio humano, em contexto de ressocialização. Os resultados da pesquisa mostraram, primeiro, a necessidade da promoção de práticas de leitura que envolvam os alunos à realidade socioeducativa, em conformidade com suas especificidades; além de carências na preparação docente para atuar nessa

especificidade, seguida da falta de estrutura adequada para a promoção do ensino de leitura.

Palavras-chave: Ensino de leitura. Inclusão social. Instituição socioeducativa.

TEACHING READING IN THE SOCIO-EDUCATIONAL CLASSROOM AT LAR DO GAROTO

ABSTRACT

The teaching of reading plays a fundamental role in the construction of social subjects endowed with multiple literacies, ready to be included in society. Through reading practices, we seek to train reflective readers who can act in society based on their reality, but as individuals who are aware of the importance of their role in a heterogeneous society. In this perspective, this work has as object of study the teaching of reading directed to adolescents restricted from freedom in Lar do Garoto. The present research was developed by the interest of investigating the reading class in a socio-educational institution (Lar do Garoto), seeking an answer to the following problem-question: how is teaching reading developed by Portuguese language teachers who work with the language teaching in the EJA modality at Lar do Garoto? In order to direct the work to the real meaning of the problem, our general objective is to understand the reading teaching practices at Lar do Garoto, taking into account the social context of the inmates, followed by three specific objectives: to discover which teaching practices are used by Portuguese language teachers to carry out reading classes in the context of teaching EJA; Identify the existing difficulties for the effective teaching of reading in an institution for adolescents in conflict with the law; Identify whether there was any specific training for teachers to work in the EJA teaching modality at Lar do Garoto. This work took place at ECIT Francisco Martiniano da Costa, attached to the socio-educational institution Lar do Garoto, located in the city of Lagoa Seca-PB. In order to understand the event of teaching reading undertaken in the locus of the research, it was necessary to work from inquiries to the professional in the area letters working at the institution. For this purpose, in addition to observing the reading classes, recorded in a research diary, a semi-structured interview was carried out in order to collect data on the occurrence of reading classes in a resocialization institution, and the examination of teaching proposals for reading by the collaborating teacher. There was also an analysis of official documents dealing with language teaching (BNCC, PCN, LDB, OCEM – Língua Portuguesa, among others). The data were analyzed based on the theoretical contributions of Freire (1996), Foucault (1996), Rodrigues (2009; 2016; 2017a; 2017b), Macário and Rodrigues (2018; 2020; 2021), Dantas and Rodrigues (2019), Oliveira and Rodrigues (2019; 2020) among others. The study is justified by the importance that Education and reading teaching have for the resocialization of adolescents deprived of liberty, the importance of reading practices aimed at the social context of individuals. It is also relevant for demonstrating the need to expand proposals to improve reading teaching that reach socio-educational improvement in the context of resocialization. The research results showed the need to promote reading practices that involve students in the socio-educational reality, in accordance

with their specificities. In addition to deficiencies in teacher preparation to work in this specificity, followed by the lack of adequate structure to promote reading teaching.

Keywords: Reading teaching. Social inclusion. Socio-educational institution.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu através do interesse de investigar como o ensino de leitura acontece na instituição socioeducativa Lar do Garoto. Dada a importância que a leitura tem na vida social, é importante compreender quais práticas de ensino estão sendo propostas para adolescentes que estão em situação de restrição de liberdade. Por serem indivíduos em fase de desenvolvimento sócio humano (RODRIGUES, 2011), é necessário um olhar especial do Estado para esse ambiente. Trata-se de uma instituição que detém jovens infratores, que agiram em desconformidade com a lei penal, mas que precisam ser objeto de trabalho socioeducativo.

Tendo em vista as orientações de documentos oficiais que regulamentam o ensino de Língua Portuguesa, a exemplo da BNCC (BRASIL, 2018), é necessário desenvolver práticas de linguagens voltadas para o campo de atuação social desses indivíduos, dando ênfase aos campos da vida pessoal e artístico-literário, para trabalhar a leitura a partir do contexto social dos adolescentes.

Dessa maneira, destacamos a necessidade de pesquisas como esta que se voltam para o ambiente socioeducativo, a fim de ressignificar o papel do ensino de leitura, em instituição que inclui adolescentes em processo de ressocialização. Essa ideia pode ser efetivada a partir de práticas de ensino de leitura que possam incluir esses adolescentes ao meio social, por meio de incentivos à leitura de gêneros textuais que estejam inseridos no universo de realidade desses jovens. Entendemos que a escola deve atuar nesse sentido, uma vez que os jovens podem ter entrado no mundo do crime por falta de alternativas educativas em seu bairro, ou comunidade.

Assim, enfatizamos que quando o Estado falha, no que se refere ao direito à educação, e isso acaba gerando, como consequência, a inserção do jovem infrator numa instituição como a do Lar do Garoto. É neste local – de pesquisa – que desenvolvemos este estudo. Acreditamos que a leitura pode levar um jovem a compreender seu lugar/papel no mundo/sociedade. Resta saber, então, se o ensino da leitura, ou o seu acesso no Lar do Garoto, é adequado às práticas de leitura que, efetivamente, impulsionem esses adolescentes a abandonarem a criminalidade.

Foucault (1987) entende que uma instituição de privação de liberdade pode, sim, levar o sujeito a se “regenerar”. Para ele,

A ordem que deve reinar nas cadeias pode contribuir fortemente para regenerar os condenados; os vícios da educação, o contágio dos maus exemplos, a ociosidade... que originaram crimes. Pois bem, tentemos fechar todas essas fontes de corrupção; que sejam praticadas regras de sã moral nas casas de detenção; que, obrigados a um trabalho de que terminarão gostando, quando dele recolherem o fruto, os condenados contraiam o hábito, o gosto e a necessidade da ocupação. (FOUCAULT, 1987, p. 262-263)

Quando falamos em “condenados” ou adolescentes privados de liberdade, é necessário enfatizar a importância que o ensino de leitura tem na vida desses sujeitos. Entretanto, ainda existem muitas dificuldades e barreiras quando o assunto é priorizar a efetivação de um ensino que integre o aluno ao mundo da leitura,

principalmente de acordo com a realidade de cada um deles. É nessa perspectiva que o Estado deve propor educação para os jovens infratores, levando em consideração práticas de ensino e letramentos que possam reintegrar, por exemplo, os alunos à vida social, por meio da identificação pela leitura, pelo lido. É a partir desse pensamento que esta pesquisa se desenvolveu, com o intuito de refletir acerca da importância de pensar as práticas de ensino de leitura, de acordo com o contexto social dos adolescentes que estão cumprindo medida de internação. Isto é:

Pensar a prática pedagógica a partir de textos que permitam a aproximação dos alunos ao mundo da leitura e que circulem tanto no interior como no exterior dos espaços escolares, buscando a valorização da leitura pelos sujeitos leitores, na perspectiva do letramento e em uma concepção ideológica. (MACÁRIO; RODRIGUES, 2021, p.3)

É importante pontuar que crianças e adolescentes são indivíduos penalmente inimputáveis¹, conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Entretanto, condutas que infringem a lei, quando cometida por essa população, denominam-se Ato Infracional² análogo ao crime, em que submete os adolescentes, a partir de 12 anos, e menores de 18, a cumprirem medidas em uma instituição socioeducativa. Essas medidas são as consequências que o legislador determinou para serem aplicadas aos adolescentes que praticaram alguma conduta infracional (crime). Para melhor esclarecer esse contexto, são consideradas medidas socioeducativas, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente: advertência; obrigação de reparar o dano à vítima; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade e internação (BRASIL, 1990).

Nosso estudo se voltou para os adolescentes que estão cumprindo medidas de internação em ambiente institucional de ressocialização e que estão frequentando a escola anexada à instituição. Desse modo, nosso objeto de estudo foi ensino de leitura direcionado aos adolescentes restritos de liberdade, no Lar do Garoto, com a finalidade de responder a seguinte questão-problema: como o ensino de leitura é desenvolvido pelos professores de língua portuguesa que atuam com o ensino de linguagem na modalidade EJA, no Lar do Garoto?

O estudo justifica-se pela importância que o ensino de leitura tem para a ressocialização de adolescentes privados de liberdade, bem como para formar leitores reflexivos, preparados para atuar em sociedade multiletrada, por meio de gêneros textuais que circulam no contexto social dos indivíduos contemporâneos. Outrossim, considerando as melhorias do ensino de leitura, nas instituições socioeducativas, torna-se importante evidenciar práticas de leitura que levem em consideração as subjetividades do aluno, para propor práticas de letramento que, efetivamente, leve-o a perceber que a leitura é uma habilidade que se concretiza em diversos contextos sociais, a fim de quebrar paradigmas tradicionais de leitura, e proporcionar a democratização desse ensino. Macário e Rodrigues (2018, p.430) ressaltam a necessidade de formar leitores aptos a atuarem em diversos contextos sociais, independentemente das condições socioeconômicas:

¹ Pessoa que será isenta de pena por ser inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do seu ato praticado.

² Conduta que é descrita como crime ou contravenção penal quando cometida por criança ou adolescente.

Se observa que o ensino da leitura tem se constituído motivo de preocupação na prática de sala de aula na Educação Básica, quando não encara o fato de que este ensino não vem garantindo a formação de leitores com habilidades e competências para usar a leitura nos diferentes contextos sociais.

Diante do exposto, fica claro que os adolescentes submetidos a esse tipo de tratamento não podem ter extinto o seu direito à educação, direito de todos, independentemente de condição de liberdade ou restrição. Então, se estamos falando de uma instituição de “correção”, em que pese, prive o adolescente de sua liberdade, por agir em desconformidade com a lei, em contrapartida, é garantido o seu direito de aprender a ler. Essa é uma garantia da sua condição de pessoa em desenvolvimento. De acordo com o ECA, em seu Artigo 53,

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1990, p. 34)

É por esse motivo que a aula de leitura tem um papel fundamental, embora complexo, em uma unidade socioeducativa, pois trata-se de adolescentes em processo de desenvolvimento que tiveram suprido seu direito à educação digna e de qualidade, enquanto sujeitos sociais livres. Dessa forma, é importante que o professor tenha ciência do quão hermético pode ser o ensino de língua em uma instituição como o Lar do Garoto. É nesse sentido que a pesquisa tem como objetivo geral investigar as práticas de ensino de leitura, no Lar do Garoto, na modalidade EJA, levando em conta o contexto social dos adolescentes, seguido de três objetivos específicos: descobrir quais práticas de ensino são utilizadas pelos professores de língua portuguesa para executar as aulas de leitura no contexto de ensino da EJA; Identificar as dificuldades existentes para a efetivação do ensino de leitura numa instituição para adolescentes em conflito com a lei; Identificar se houve alguma formação específica para os professores atuarem na modalidade de ensino EJA, no Lar do Garoto.

Os métodos utilizados na pesquisa foram a coleta de propostas de ensino e observação das aulas da professora colaboradora, em 4 aulas de leitura, no Lar do Garoto. As observações das aulas foram registradas em diário de pesquisa, conforme as orientações de Bortoni-Ricardo (2008). Também foi utilizada entrevista semiestruturada, como instrumento de coleta de dados. Também foram considerados objetos de análise os documentos oficiais: Decreto Nº 37.505, de 18 de julho de 2017 que criou o Programa de Educação Cidadã Integral para atendimento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – Janela para o futuro; Diretrizes Operacionais Das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba; Projeto Político Pedagógico da Unidade de Atendimento Socioeducativo Lar do Garoto Padre Otávio Santos; e a Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016 que Define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para embasar a pesquisa, foi importante a fundamentação teórica de autores que norteiam suas pesquisas em pensamentos similares, estudando a língua(gem) com o propósito de ampliar o conhecimento acerca de práticas de letramento que viabilizam o ensino de leitura. Dentre eles, destacamos Freire (1996), Foucault (1996), Rodrigues (2009; 2016; 2017a; 2017b), Macário e Rodrigues (2018;

2020; 2021), Dantas e Rodrigues (2019), Oliveira e Rodrigues (2019; 2020) entre outros. Também serviu de aporte teórico os documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua portuguesa (BRASIL, 1997; 2007; 2018).

Nesta perspectiva, o texto, que materializa o estudo em foco, se organiza, além do resumo e desta introdução, a partir de uma fundamentação teórica em que versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; A escola no Lar do Garoto; Leitura como proposta de inclusão social; EJA como modalidade de ensino no Lar do Garoto; e Formação docente para a aula de leitura na modalidade EJA e no ensino socioeducativo. Conseqüentemente, dos procedimentos metodológicos da pesquisa, tais como *locus* da pesquisa, tipologia e objeto de estudo e instrumentos de coleta de dados; a parte da análise e discussões dos dados, seguida das considerações finais e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estatuto da criança e do adolescente

A Constituição Federal de 1988 traz, como uma de suas garantias, a proteção ao adolescente, garantindo-lhe direitos fundamentais, tais quais à vida, à liberdade, à igualdade, saúde, alimentação, lazer, educação e outros. Sendo a educação um direito legal do jovem, é de suma importância que seja garantida, para além da teoria, sobretudo para adolescentes em situação de criminalidade, que estão cumprindo medida de restrição de liberdade, uma vez que sua ressocialização está intrinsecamente ligada à educação. Sendo assim, a Constituição Federal versa:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.132)

Para atender à exigência da Constituição Federal, surgiu a lei especial para as pessoas em desenvolvimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Nesse sentido, o Estatuto teve a missão de reunir todos os direitos que estavam elencados na CF (Constituição Federal), definindo, de forma clara e objetiva, as regras que devem ser seguidas para a proteção integral das crianças e adolescentes, isto é, uma forma especial de legislar acerca dessa população. O ECA inicia seu texto definindo quem é criança e quem é adolescente: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p.10). Além disso, o Estatuto reforça que são sujeitos de todos os direitos fundamentais voltados para a pessoa humana “assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, p.10).

Nessa perspectiva, é importante pontuar que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz para seu público-alvo educação, saúde e segurança, porém tal lei também é clara ao afirmar que haverá consequências para aqueles que infringirem a lei. Para melhor entender, o ECA se caracteriza por duas linhas de tratamento para com seu destinatário. A primeira trata do viés protetivo onde a Constituição Federal

deixa explícito que criança e adolescente são detentores de proteção integral, pois o rol de direitos elencados neste documento engloba todas as necessidades fundamentais para o desenvolvimento humano, sendo, ainda, alvos de absoluta prioridade (BRASIL, 1988, p.10). Já a segunda linha diz respeito ao “caráter penal”, em que o adolescente será responsabilizado por seus atos, que tal lei denomina como ato infracional. Nesse viés, o ECA trata de uma responsabilização mais rígida para o adolescente, a partir de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e, por fim; a internação em estabelecimento socioeducativo, sendo esta última o universo de estudo desta pesquisa. Entretanto, para o adolescente ser responsabilizado ele precisa praticar o que a lei chama de “ato infracional”, nome designado para a ação análoga ao crime, que é o ato praticado pelo indivíduo maior de idade, isto é, maior de 18 anos.

Toda conduta que a Lei (Penal) tipifica como crime ou contravenção, se praticada por criança ou adolescente é tecnicamente denominada ‘ato infracional’. Importante destacar que esta terminologia própria não se trata de mero ‘eufemismo’, mas sim deve ser encarada com uma norma especial do Direito da Criança e do Adolescente, que com esta designação diferenciada procura enaltecer o caráter extrapenal da matéria, assim como do atendimento a ser prestado em especial ao adolescente em conflito com a lei. (DIGIÁCOMO, 2013, p.155.)

Diante do exposto, percebemos que a lei prevê um tratamento diferenciado para adolescentes que praticam algum tipo de infração. Por se tratar de pessoa em desenvolvimento, é necessário que o Estado tenha um olhar especial para esses indivíduos, não tratando-os como meros “prisioneiros”, mas proporcionando-lhes todos os meios para que possam se tornar cidadãos letrados, preparados para atuarem em sociedade. Haja vista que como explica Conanda (2006, p. 26),

Em nossa sociedade, a adolescência é considerada momento crucial do desenvolvimento humano, da constituição do sujeito em seu meio social e da construção de sua subjetividade. As relações sociais, culturais, históricas e econômicas da sociedade, estabelecidas dentro de um determinado contexto, são decisivas na constituição da adolescência. Portanto, para o pleno desenvolvimento das pessoas que se encontram nessa fase da vida, é essencial que sejam fornecidas condições sociais adequadas à consecução de todos os direitos a elas atribuídos.

É nesse sentido que o ECA tem a função de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, visando proporcionar todos os seus direitos, em especial o direito à educação. Portanto, ao adolescente será garantida a escolarização, de forma obrigatória, em caso de cometimento de algum ato infracional, quando estiver cumprindo a medida de internação. Conforme prevê o ECA em seu artigo 53 (BRASIL, 1990, p. 34-35):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita, próxima

de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Embora o adolescente esteja cumprindo medida de restrição de liberdade, o direito de acesso à escola lhe é garantido por lei, pois a escola tem um papel fundamental em preparar o aluno para atuar de forma crítica e letrada em sociedade. Quando falamos na realidade do Lar do Garoto, é importante pensar práticas de ensino que, de fato, levem os alunos à se sentirem incluídos como sujeitos sociais, que tem o direito de frequentar a escola, respeitando-se seu contexto e realidade. Sendo assim, a escola cumprirá seu dever específico de socializar o aluno que se perdeu no seu processo de desenvolvimento como cidadão.

2.2 A escola no lar do garoto

De um modo geral, a sociedade espera que a escola tenha um papel significativamente importante na socialização dos indivíduos, pois é através da instituição escola que crianças, adolescentes, jovens e adultos tomam a posição de alunos, aprendizes em formação socioeducativa em prol de uma socialização saudável e produtiva para o desenvolvimento da cidadania. Diante disso, o processo de ensino e aprendizagem tem o papel de atribuir ao aluno a formação e o desenvolvimento crítico para o entendimento político e cultural. Sendo assim, instituições socioeducativas como o Lar do Garoto, que atuam em conjunto com a escola, necessitam de estruturas adequadas para fornecer aos seus socioeducandos educação de base, cumprindo com os objetivos da socioeducação. Foi nessa perspectiva que, no ano de 2017, foi implantada a escola cidadã integral socioeducativa na instituição, a fim de desenvolver, nos adolescentes privados de liberdades, habilidades intelectuais nas mais diferentes áreas do conhecimento, buscando o desenvolvimento e a reeducação social, com vistas a torná-los cidadãos íntegros e preparados para atuarem em sociedade.

O Lar do Garoto “Pe. Otávio dos Santos” é um complexo socioeducativo de internação para jovens adolescentes que cometeram algum ato em desacordo com a lei e, conseqüentemente, estão cumprindo medida de internação. A instituição Lar do Garoto foi criada no ano de 1960 pelo Padre Otávio dos Santos, por meio de uma ação de iniciativa religiosa, pela igreja católica, voltada para as crianças. Com o passar dos anos, o Lar do Garoto ganhou *status* legal, atendendo às previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob gerência da FUNDAC, administração indireta do Estado da Paraíba. A instituição fica localizada no município de Lagoa Seca – PB e recebe jovens do sexo masculino entre 12 e 21 anos de idade. Sua função social constitui-se em preparar o adolescente (pessoa em desenvolvimento), para atuar de forma educada em sociedade, atentando para os princípios morais e coletivos, bem como a agir de forma crítica em suas práticas sociais.

Em 2017, o Governo do Estado instituiu o Decreto nº 37.505 de 18 de julho deste ano, com o objetivo de criar o Programa de Educação Cidadã Integral para Atendimento de Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2017). Dessa forma:

Fica criado o Programa de Educação Cidadã Integral para Atendimento de Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa do Estado da Paraíba, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SEE) em articulação com a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida

(FUNDAC) e a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH), com proposta pedagógica, base curricular e gestão administrativa específicas para estes estudantes, observada o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo da Paraíba (2015 - 2024) e a Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016. (PARAÍBA, 2017, p. 2)

A partir deste marco, a educação no Lar do Garoto ficou sob a responsabilidade da ECIT Francisco Martiniano da Rocha, que ficou funcionando como um anexo à unidade socioeducativa. Embora o Lar do Garoto tenha seu próprio Projeto Político Pedagógico – PPP, a escola anexada à unidade é vinculada à Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia, conforme prevê o referido Decreto. A escola foi implantada em 2017, com a modalidade de ensino EJA - Educação de Jovens e Adultos, a fim de promover a inclusão do alunado ao ambiente escolar. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Lar do Garoto:

O Centro possui uma Escola em tempo integral com corpo de professores próprios vinculados a Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia, atuando na escolarização e no atendimento aos ciclos a partir do modelo EJA. A escola Cidadã Integral Socioeducativa implantada em 2017 se constitui um importante instrumento de transformação social. Nesse sentido, as ações promovidas na grande área da educação têm que garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural. (PARAÍBA, 2017, p. 29)

A escola deve funcionar como instrumento de socialização desses indivíduos. Nesse contexto, é importante que o modelo de ensino EJA possa desempenhar práticas de ensino de leitura, de acordo com o currículo comum, que levem os alunos a se sentirem sujeitos sociais de acordo com suas práticas culturais, gostos, desejos e crenças, sempre respeitando as diferenças e realidade de cada aluno. Assim, a EJA poderá cumprir seu papel cada vez mais acessível, dando notoriedade aos adolescentes reclusos, que buscam se inserir na sociedade, de acordo com seus padrões. É nesse sentido que a leitura poderá exercer um papel importantíssimo, no que se refere à inclusão social, na perspectiva de jovens que se integrem a esse universo por meio de suas práticas sociais.

2.3 Leitura como proposta de inclusão social

O Lar do Garoto é uma instituição popularmente conhecida por abrigar adolescentes que cometeram algum tipo “crime”. Numa visão baseada no senso comum, o Lar do Garoto é uma “cadeia”. No entanto, é um lugar que abriga adolescentes que estão em fase de desenvolvimento, como quaisquer outros adolescentes e que têm o mesmo direito de estudar, aprender a ler e desenvolver o letramento escolar, que os preparem para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho. Nesse sentido, as diferentes práticas de leitura têm um importante papel no que diz respeito à inclusão do indivíduo, bem como na formação do cidadão crítico, letrado socio historicamente e preparado para atuar mediante o oral e o escrito em diversas áreas da sociedade (RODRIGUES, 2017b).

Embora a educação seja um direito de todos, sabe-se que o Brasil enfrenta significativas dificuldades para distribuir ensino de forma justa e igualitária, em razão da grande desigualdade social que há no país. Quando falamos em democratização da leitura, imaginamos as escolas públicas cheias de livros, ou outros materiais de leitura, isto é, os alunos lendo. Mas a realidade é que democratização tem a ver com

“acesso de todos”, nestes termos, é aí que nascem as dificuldades. Políticas públicas vêm a cada dia tentando implementar propostas pedagógicas que possam democratizar o acesso do aluno à leitura. Documentos oficiais têm buscado quebrar conceitos tradicionais acerca do ensino. Um exemplo é Base Nacional Comum Curricular, que trata a leitura para além do texto escrito.

Leitura no contexto da BNCC é tomada em um sentido mais amplo, dizendo respeito não somente ao texto escrito, mas também a imagens estáticas (foto, pintura, desenho, esquema, gráfico, diagrama) ou em movimento (filmes, vídeos etc.) e ao som (música), que acompanha e cossignifica em muitos gêneros digitais (BRASIL, 2018)

Quando a escola limita seu aluno ao estudo da linguagem somente verbal, percebe-se uma segregação do amplo acesso à leitura. Tal fato pode ser motivador para o fenômeno da evasão e da desistência, principalmente nos dias de hoje, em que estamos cercados por mídias digitais que propõem uma imensidade de gêneros textuais multimodais. É nessa linha de pensamento que Oliveira e Rodrigues (2019) esboçam a ideia de pluralidade textual. Os autores adotam a expressão “plural do texto” para respaldarem o contexto de novos tipos de letramento. Em suas palavras:

[...] na contemporaneidade, somos convocados ao plural do texto, entendendo-o como materialidade de linguagens para além do verbal, principalmente, porque o mundo contemporâneo, globalizado, demoliu as fronteiras políticas, econômicas e socioculturais entre os povos. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019, p. 33-34)

Observamos, assim, a necessidade hodierna de se ampliar a ideia de leitura para uma visão geral dos estudos da linguagem (RODRIGUES, 2011), que considerem os textos que circulam socialmente como práticas socioculturais e históricas, além do seu valor socioeducativo que não deve ser fim, mas o começo para muitas propostas de letramentos socioculturais (RODRIGUES, 2017b). Diante disso, há um princípio que deve ser considerado com mais urgência no universo desta pesquisa: a leitura, por ser compreendida de forma ampla, pode/deve ser trabalhada atentando-se para a perspectiva da inclusão social (MACÁRIO; RODRIGUES, 2018). Diante disso, o professor deve planejar aulas com alternativas que possam despertar nos alunos a ideia de que a leitura pode ser prática de exercício da cidadania, que ele se sinta incluído no processo de letramento escolar, enquanto sujeito social ativo e de valor fundamental para o desenvolvimento social.

Diante disso, é importante que o Lar do Garoto possa trabalhar a partir de propostas pedagógicas alinhadas com os documentos oficiais, a fim de concretizar práticas de ensino de leitura que relacione a vida dos “menores” ao amplo universo da leitura. A BNCC, quando trata das práticas de linguagem, considera os campos de atuação social para contextualizar o ensino (BRASIL, 2018, p. 501). Essa prática é importante quando se trata de alunos com tal especificidade, como os do Lar do Garoto, uma vez que o contexto social desses indivíduos é permeado por dificuldades socioeconômicas que os levam a ter um certo tipo de revolta com a sociedade elitizada, expressando esses sentimentos por meio da música, do rap, da improvisação, da pichação e outros. Portanto, práticas que envolvam os alunos a leitura, por meio de suas atuações sociais, podem ser uma alternativa de inclusão social por meio da leitura. Veja-se:

O campo da vida pessoal pretende funcionar como espaço de articulações e sínteses das aprendizagens de outros campos postas a serviço dos projetos de vida dos estudantes. As práticas de linguagem privilegiadas nesse campo relacionam-se com a ampliação do saber sobre si, tendo em vista as condições que cercam a vida contemporânea e as condições juvenis no Brasil e no mundo. (BRASIL, 2018, p. 502)

Desenvolver a leitura a partir de espaços como a vida pessoal pode significar inclusão para os adolescentes. Isso porque, a partir do momento que eles são presos em idades entre 14, 15 ou 16 anos, vários questionamentos podem surgir, tais como, por que eles estão com a liberdade restrita, sendo que outros adolescentes estão frequentando escolas de qualidade, com direito à educação, alimentação e dignidade, porque não puderam ir para escolar regular, entre outros aspectos. Então, quando falamos em valorizar a vida, cultura, ideologia desses alunos, estamos dizendo que o professor está abrindo as portas para a inclusão. Assim, o Lar do Garoto estará cumprindo seu papel de ressocializar, junto com o papel da escola de formar cidadãos críticos e reflexivos por meio da leitura e dos múltiplos letramentos.

Já é notório que a leitura tem importância fundamental nos anos iniciais do indivíduo (VYGOTSKY, 1991), todavia, nem toda criança/adolescente tem acesso a livros ou práticas de leituras alternativas, em sua fase inicial. Na maioria das vezes, em razão de aspectos socioeconômicos. Por outro lado, essa fática situação não quer dizer que o aluno não possa mais ter acesso à leitura depois de entrar na fase da adolescência, nem tampouco na fase adulta. É por esse ponto de vista que o governo, por meio do ministério da educação, criou alternativas de ensino com base na discrepância entre idade/série. Estamos falando da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Num processo de ensino de leitura, é importante que o professor trabalhe a partir de propostas pedagógicas que possam incitar o interesse da leitura, a partir de práticas que desenvolvam as habilidades dos indivíduos, de acordo com aspectos sociais, econômicos e culturais, porque "Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente" (BRASIL, PCN, 1998, p. 18). Nessa perspectiva, para efetivar práticas de leitura eficientes que proporcionem a inclusão para alunos da EJA, que estão distantes da realidade do ensino regular, na maioria das vezes por questões econômicas e, no caso da presente pesquisa, menores infratores, é importante que exista na escola a intensificação de planejamento pedagógico que trabalhe a partir de um conjunto de elementos de educação linguística que migre para um fim: formação de leitores sócio incluídos. Esse conjunto engloba a formação do professor para trabalhar de acordo com a realidade de cada escola e de cada aluno, promoção de práticas de leitura de acordo com as habilidades e gostos dos alunos, para, posteriormente, abrir caminhos para os componentes curriculares exigidos pela escola (MACÁRIO; RODRIGUES, 2020) e, por fim, a realidade atual que está intrinsecamente ligada à tecnologia e meios de comunicação digital. É nessa ideia que Macário e Rodrigues (2018, p. 431) afirmam que:

Pensar a prática de leitura na sala de aula da EJA nos remete a refletir acerca do trabalho docente, do perfil dos alunos, dos aspectos motivacionais que resultaram nessa busca pela escolarização, bem como sobre as ações pedagógicas atreladas às exigências da sociedade contemporânea, em que se faz necessário ressignificar o ensino da língua materna, sob o foco da leitura nos diversos usos e função social, em diferentes contextos socioculturais.

Diante do exposto, é importante atentar-se para as práticas de leitura que possam incluir o sujeito leitor ao mundo da leitura. Para tanto, o professor do ensino socioeducativo deverá assumir um olhar que desconstrua a ideia de educação elitizada, para ter a sensibilidade de olhar e compreender a leitura que alunos vindos de periferia tem do mundo, da vida, da educação, dentre outras visões/leituras. Se o docente não tem a capacidade de respeitar e ter sensibilidade sobre a leitura que seu aluno tem do mundo, ou até mesmo daquilo que ele gosta, e que pode ser um incentivador de leitura (música, rap, improvisação, pichação, futebol...), não há o que se falar em democratização da leitura, nem tampouco em inclusão. E então estaríamos em desacordo com a ideia humanizadora de que

Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento. [...] O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. (FREIRE, 1996, p. 57)

Como nos ensinou o grande educador:

A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo (FRERE, 1996, p. 57).

O que Freire trata neste excerto diz respeito ao letramento prévio dos alunos, isto é, à visão de mundo que o aluno construiu até então, a partir de aspectos sociais, culturais e econômicos aos quais sempre estiveram inseridos. Para que haja, efetivamente, inclusão, é necessário que o docente tenha um olhar ressignificador e sensível para o repertório cultural do aluno incluso no ensino socioeducativo, pois é a partir dessa perspectiva que o docente poderá tecer planos de aula alinhados ao que os documentos oficiais orientam acerca da leitura à realidade de cada adolescente inserido na EJA, articulando ao ensino socioeducativo.

Por essa razão,

[...] vemos, portanto, que cabe ao docente da Educação Básica ressignificar suas ações didáticas quanto à sistematização de atividades desafiadoras e significativas que estimulem o aluno trabalhador a permanecer na sala de aula, tendo como preocupação a formatação de ações educativas que contemplem os interesses, necessidades e especificidades dessa demanda escolar, constituída de pessoas excluídas, ao longo da trajetória da história da educação brasileira, do direito à educação de qualidade. (MACÁRIO; RODRIGUES, 2018, p.432-433)

Fica evidenciado que para o aluno inserido no ensino socioeducativo, o aprendizado de leitura não advém, exclusivamente, das aulas que lhes serão propostas na escola (SÁ; RODRIGUES, 2020, p.177), mas, também, por todo seu repertório sociocultural (RODRIGUES, 2016). Portanto, práticas de letramento que orientem os alunos às diversas formas de atuarem em sociedade, por meio da leitura, são alternativas que o professor da EJA está utilizando para incluir seu alunado específico à sociedade, uma vez que “O ensino voltado para práticas de

letramento que incentivam a vivência da cidadania minimiza os efeitos das desigualdades sociais (SÁ; RODRIGUES, 2020, p.178).

2.4 EJA como modalidade de ensino no lar do garoto

Conforme as normas vigentes no país, as pessoas em medida de privação de liberdade têm direito à educação. Em se tratando do público-alvo desta pesquisa (menores infratores em conflito com a lei), a esses deve ser garantido o direito à formação escolar, de acordo com sua condição de pessoa em desenvolvimento. Diante disto, o Projeto Político Pedagógico do Lar do Garoto prevê a chamada Educação de Jovens e Adultos – EJA, como modalidade de ensino para os adolescentes em situação de internação. Nesta perspectiva,

Os socioeducandos são atendidos pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com modelo pedagógico de Educação Integral, instituído através do decreto 37.505/2017 que criou o Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Jovens em Cumprimento de Medida Socioeducativa - Janela para o Futuro. (PARAÍBA, 2017, p.94)

A unidade Lar do Garoto é composta por uma escola de tempo integral, ECIT Francisca Martiniano da Rocha. A unidade segue o modelo pedagógico orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), com vistas para as diretrizes das Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas, seguindo a modalidade de ensino EJA, de ensino fundamental e de ensino médio.

A EJA é uma modalidade de ensino proposta pelo Governo Federal, por meio de um Decreto Lei nº6093 de 24 de abril de 2007, que dispunha sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais (BRASIL, 2007). Entretanto, este decreto foi revogado recentemente, no ano de 2022, pelo Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que vai tratar de forma mais atualizada sobre o Programa Brasil Alfabetizado. O objetivo principal do “primeiro” decreto foi universalizar a educação dos jovens e dos adultos com 15 anos ou mais. A partir dessa ideia foi que surgiu a iniciativa de o governo financiar o que ficou conhecido como EJA, que até então não tinha um apoio estatal eficiente. Depois disso, a EJA também foi incluída no FUNDEB – Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica. Sendo assim, a EJA tem como alvo a população que não teve acesso ao ensino, ou não teve a devida cronologia dos estudos, tendo os interrompido na idade regular de sistematização da educação/vida escolar. Geralmente, as pessoas que procuram esse ensino abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar, ou até mesmo por não terem tido a oportunidade de estudar, dentre outros motivos. Portanto, é nesta perspectiva que a EJA se efetiva na educação básica, abrangendo os ensinos fundamental e médio.

Seguindo o mesmo roteiro da desigualdade social, menores infratores, em medida de internação, entram na instituição com histórico de abandono escolar, estudos interrompidos por questões econômicas, ou, muitas vezes, nem iniciaram a vida escolar. Geralmente são adolescentes que vivenciam uma realidade crítica, inseridos na pobreza, na marginalização, no mundo do crime, antes de adentrarem na instituição socioeducativa. Os adolescentes entre 12 e 21 anos, que se encontram em medida de restrição de liberdade, geralmente têm afetada sua formação, no que diz respeito aos ensinos fundamental e médio, a depender, claro, de cada caso concreto. Isso porque, para a efetivação da educação na modalidade

EJA, é necessário levar em conta diferentes situações, bem como as características dos alunos e as suas respectivas idades. Ademais, leva-se em conta alguns princípios, tais quais equidade, diferença e proporcionalidade; consoantes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000, p. 1):

[...] a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

O Projeto Político Pedagógico da instituição justifica o ensino na modalidade EJA pela dissociação que há entre idade e série dos socioeducandos. Observando que

A Escola Socioeducativa implementada em 2017 pela FUNDAC tem como modalidade a Educação de Jovens e Adultos permitindo atender as especificidades pedagógicas e escolares diante das defasagens existentes entre idade/série na maioria dos socioeducandos do Lar do Garoto. (PARAÍBA, 2017, p. 61-62)

De acordo com a LDB, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996, p.30). Embora a maioria dos alunos tenham idade para estar no ensino regular, a EJA tem se mostrado como a alternativa mais adequada de ensino para os alunos da instituição Lar do Garoto, até então, pois os jovens que ingressam na ECIT da unidade apresentam as características do público-alvo ao qual a EJA está destinada, como abandono escolar, não continuidade, atraso nas séries, distorção entre a idade e a série frequentada, dentre outras características.

Concordamos que o ensino da EJA tem um importante papel na formação de jovens e adultos no país, uma vez que esta modalidade veio com o objetivo de proporcionar oportunidade para o indivíduo que não teve a chance de seguir a educação de modo regular, isto é, série de acordo com a idade. De fato, o Estado não pode fechar os olhos para os indivíduos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, e a EJA veio na perspectiva de proporcionar alfabetização, letramento, inclusão social, isto é, promover a igualdade. Portanto, é necessário que haja a valorização desta modalidade de ensino, pois estamos em um país cujas desigualdades e pobreza apresentam números “estratosféricos”.

Há séculos que propomos, utopicamente, uma educação igualitária, mas a instituição escola ainda é elitizada, no sentido em que as camadas populares não dispõem da oportunidade igualitário de acesso às universidades e aos melhores cargos, no mercado de trabalho. Dessa forma, a grande maioria da população que não teve o desenvolvimento do pensamento educacional, por questões já apresentadas anteriormente, necessita de iniciativas populares, como a EJA, que permite ao cidadão jovem e/ou adulto a oportunidade de se inserir socialmente, de adquirir um bem que por muito tempo foi moeda de posse para a manutenção do poder pelas classes sociais dominantes (RODRIGUES, 2009).

Portanto, a EJA tem-se demonstrado uma alternativa popular de inclusão ao ensino, seu papel ganha importância pelo fato de atender camadas sociais que não

tiveram oportunidade de seguir no ensino regular, como é o caso dos adolescentes do Lar do Garoto.

Sendo uma modalidade que integra os indivíduos à educação, a EJA precisa ser incentivada por meio de programas que a aperfeiçoem como modalidade formativo-educacional para jovens infratores, a fim de criar materiais específicos, bem como propor formação docente específica para todos os profissionais que estão inseridos nesta área de ensino.

2.5 Formação docente para a aula de leitura na modalidade eja e no ensino socioeducativo

A formação docente é uma importante chave para a porta do conhecimento, da inclusão e da igualdade, portanto é um aspecto que requer atenção e prioridade, sem a qual a escola fica impossibilitada de educar seus alunos de forma democrática. O analfabetismo e a evasão escolar são considerados falhas do governo, que garante educação e escolarização a todos indivíduos, em sua Constituição (BRASIL, 1988). Entretanto, não podemos falar em educação sem pensar em formação docente, inicial ou continuada (DANTAS; RODRIGUES, 2019).

A formação profissional docente é importante para atuar nas diversas modalidades de ensino, seja regular, de Jovens e Adultos ou profissionalizante. O mais importante é pontuar a necessidade de professores aptos a atuarem de forma eficiente com práticas de ensino que atendam expectativas da realidade a qual esteja inserido, sobretudo o professor de escola pública que está inserido em um ambiente social permeado por desigualdades socioeconômicas, de ordens raciais e histórico-culturais. Diante disso,

A reflexão sobre o processo de formação de professores tem se constituído como um dos grandes desafios na agenda de prioridades do Estado, diante das exigências apresentadas à Educação Básica na sociedade contemporânea. Os baixos índices de aprendizagem, segundo estudos realizados, têm se apresentado como um reflexo das práticas de ensino pautadas numa discussão estruturalista da língua, consequência de uma profissionalização baseada em definições, conceitos e normas. (DANTAS; RODRIGUES, 2019, p. 153)

Conforme os autores ressaltam, práticas de ensino tradicionais revelam um ponto negativo no aprendizado do aluno. De fato, é necessário que o docente esteja preparado para atuar, para além das normas tradicionais do ensino de língua, podendo ampliar o horizonte de suas práticas de acordo com o entendimento dos fenômenos linguísticos/semióticos/discursivos que se voltam para as habilidades dos alunos. Fica evidente que atividades como essas podem ser efetivadas quando o professor passa a trabalhar com os mais diversos gêneros textuais e com amplas modalidades da linguagem, que se expressam em filmes, no teatro, na música etc., considerando o fato de que algumas dessas alternativas textuais, muitas vezes ignoradas pela escola (RODRIGUES, 2009), irão alcançar a individualidade do aluno leitor. A escola deve atuar a partir das habilidades dos alunos, aprimorando-as (RODRIGUES, 2017b), mas é facilmente verificável que ela desconsidera “a prática de leitura que é acontecimento fora do universo escolar” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019, p.32).

Para amadurecer as propostas que efetivamente levem o professor a rever suas práticas de ensino, é necessário a formação de professores que reflitam suas práticas a partir de cada contexto que seja inserido. É por essa razão que programas

de formação continuada se tornam importantes no universo do ensino de leitura, pois a experiência adquirida e as práticas já realizadas pelos professores devem ser repensadas de forma reflexiva e inclusiva. É alinhando o nosso pensamento com o de Macário e Rodrigues (2018) que destacamos que

[...] não pretendemos transformar tais ações docentes em práticas prontas e acabadas, mas permitir, a partir delas, o repensar de nossas ações profissionais em sala de aula, postas como o fazer profissional do professor-pesquisador da Educação Básica, que necessita de uma formação continuada para pensar/construir uma escola democrática que se preocupe com a qualidade do ensino no país. (MACÁRIO; RODRIGUES, 2018, p.442-443.)

Para tanto, cabe aos programas de formação de professores ressignificar a práxis educativa em torno do ensino da leitura, o que começa pela formação do professor. Implica também saber se este é um professor/leitor, no sentido de ser um incentivador, com condições favoráveis para despertar no aluno a vontade de também ler determinado texto. (MACÁRIO; RODRIGUES, 2018, p.435)

Diante do exposto, fica evidenciado a importância da formação docente para atuação no ensino socioeducativo, pois, neste contexto, o professor trabalhará com alunos com formação identitária específica, isto é, que já têm contato com a criminalidade desde muito cedo. Portanto, é importante que o professor esteja preparado para atuar com o ensino de leitura mediante uma proposta de letramento sócio-histórico e cultural (RODRIGUES, 2017b) a partir de gêneros textuais que propiciem práticas de leitura efetivas e reflexivas que já fazem parte da realidade leitora dos alunos, mas que também se desprenda de conceitos rígidos, normas e regras tradicionais, atuando numa prática de ensino de linguagem que abrace o aluno, envolvendo-o, permitindo-o ressignificar suas práticas de leitura ao passo que também ressignifiquem o seu papel/lugar no seio da sociedade. Isso porque, nesse caso particular, trata-se de indivíduos que já têm difícil acesso à educação, portanto é importante que o professor possa atuar por meio de práticas ensino de leitura que os motivem a atuarem pacificamente em sociedade. É nessa perspectiva que enfatizamos a relevância da formação continuada. Entendemos

[...] que a formação continuada do professor de língua deverá funcionar como um mecanismo para interpretar a experiência a partir de uma prática social constituída de significados e, sobretudo, deverá dá primazia a estratégia que contemplem as lacunas deixadas pelos cursos de formação inicial que são direcionados aos professores de língua materna, ressaltando a dimensão sócio-histórica dos estudos da linguagem para, desse modo, possibilitar a percepção de que os saberes propostos pelas escolas não são saberes estanques, mas saberes necessários à constituição dos sujeitos fora do espaço escolar. (DANTAS; RODRIGUES, 2019, p. 167)

Como percebemos, o professor tem que estar preparado para atuar de acordo com as práticas sociais que vivenciou com seus alunos, de acordo, principalmente, com os conhecimentos construídos fora do ambiente escolar, tornando-os perceptíveis à necessidade de aprimoramento para uma melhor habilidade nas práticas sociais com a linguagem. Os Parâmetros Curriculares Nacionais mostram ao professor um caminho ao confronto a partir de uma abordagem metodológica sócio-interacionista como parte inicial para um bom desenvolvimento do ensino de linguagem.

O caráter sócio-interacionista da linguagem verbal aponta para uma opção metodológica de verificação do saber linguístico do aluno, como ponto de partida para decisão daquilo que será desenvolvido, tendo como referência o valor da linguagem nas diferentes esferas sociais. [...] o trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. (BRASIL, 2000, p.18)

Portanto, o professor deve buscar na formação continuada a possibilidade de aprimoramento do seu agir docente, a partir de situações específicas, tais quais a importância da inclusão de estudos por meio de interações sociais que os jovens trazem no seu repertório sociocultural, para desenvolver, por exemplo, o ensino de leitura, numa perspectiva sócio-discursiva e interacionista, abandonando os modelos tradicionais que mais assustam/afastam, que seduzem, aproximam, formam, informam e humanizam.

3 METODOLOGIA

3.1 *Lócus* da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada a partir de procedimentos metodológicos de natureza qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo que ocorreu no complexo socioeducativo “Lar do Garoto Pe. Otávio Santos”, situado no sítio Imbaúba, na Zona rural da Cidade de Lagoa Seca-PB. A referida unidade possui, em anexo, a Escola Cidadã Integral – ECIT Francisca Martiniano da Rocha, a qual adota a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A escola funciona como um anexo do Lar do Garoto, sendo composto por 6 salas de aulas, todas com quadro branco, mesas, cadeiras e estantes com livros, 1 auditório, com palco, para atividades como palestras, oficinas e semelhantes, que possam contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes internos. Ademais, a escola possui um quadro de professores que são vinculados à Secretaria de Educação, com a incumbência de ministrar as aulas no Lar do Garoto. As aulas ocorrem no período da manhã entre 07:30 e 12:00 e, à tarde, entre 13:30 e 16:00.

3.2 Tipologia e objeto de estudo

O estudo se desenvolveu no campo da linguagem, com vistas a investigar o ensino de leitura ofertado por uma professora da Educação Básica na modalidade de ensino EJA pela escola supracitada. Trata-se de uma pesquisa de campo, uma vez que os dados coletados para o andamento da investigação tiveram como fonte primária a referida escola, onde ocorrem as questões apresentadas na pesquisa. O objetivo da observação foi compreender como se desenvolve o processo de ensino de leitura, a fim de examinar as práticas de ensino realizadas pela professora, observando se a leitura está sendo trabalhada alinhada às práticas sociais dos indivíduos internos ao Lar do Garoto.

A pesquisa documental objetivou investigar os documentos de funcionamento tanto do Lar do Garoto quanto da escola anexada pela Secretaria de Educação do Estado, levando em conta, também, a especificidade dos referidos alunos internos, bem como os documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa (BRASIL, 2018).

A coleta e análise dos documentos oficiais contribuíram para a investigação do ensino de leitura pela docente investigada, voltando-se para o ensino de leitura em instituição socioeducativa, na modalidade EJA. Foram objetos de análise documentos como o Decreto Nº 37.505, de 18 de julho de 2017, que criou o Programa de Educação Cidadã Integral para atendimento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – Janela para o futuro; Diretrizes Operacionais Das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba; Projeto Político Pedagógico da Unidade de Atendimento Socioeducativo Lar do Garoto Padre Otávio Santos; a Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016, que define as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens, em cumprimento de medidas socioeducativas; além do PPP da Escola Cidadã Integral – ECIT Francisca Martiniano da Rocha. Finalmente, se soma aos documentos examinados, o plano de trabalho da professora de língua portuguesa, colaboradora do estudo/pesquisa, uma importante fonte de dados para investigar como se dá o ensino de leitura para jovens no Lar do Garoto.

Além disso, a pesquisa bibliográfica permitiu embasar o estudo a partir de textos de autores que atuam na temática proposta, estudiosos como Freire (1996), Rodrigues (2009), Dantas e Rodrigues (2019), Macário e Rodrigues (2018; 2020), Oliveira e Rodrigues (2019), entre outros autores que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento deste estudo.

Para tanto, o método adotado foi do tipo descritivo e exploratório. Descritivo, pois, desenvolve-se baseado em trabalhos teóricos, ou seja, livros, artigos, trabalhos acadêmicos que seguem a mesma linha de pensamento abordado na pesquisa, tais quais, ensino de leitura, modalidade de ensino EJA, formação de professores de língua portuguesa, entre outros, abordados pelos autores supracitados. Exploratório, pois, tem como escopo evidenciar os métodos adotados pelos professores para o ensino de leitura direcionado para uma parcela marginalizada da sociedade, por vezes esquecida, da política e da educação regular.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

3.3.1 Entrevista

A entrevista semiestruturada foi um dos instrumentos de coleta de dados escolhido para a pesquisa. Para dar seguimento à sua realização, foi proposta a elaboração de um roteiro prévio. O sujeito entrevistado foi selecionado de acordo com a necessidade e características da pesquisa: a professora de língua portuguesa da escola ECIT Francisca Martiniano, anexada na instituição Lar do garoto, que se dispôs a participar da pesquisa.

A entrevista foi dividida em três blocos, sendo estes: Bloco I - Aspectos iniciais (4 perguntas); Bloco II - Ensino de leitura (7 perguntas); e Bloco III - Dificuldades, problemas e lacunas encontradas nas aulas de leitura no Lar do garoto (9 perguntas). A professora entrevistada se dispôs a participar do evento de pesquisa, que aconteceu no dia 17 de outubro de 2022, por volta das 19 horas, de forma remota, por meio do mecanismo “Vídeo chamada”, inserido na plataforma WhatsApp, visto que seria a melhor alternativa para professora participar da entrevista.

3.3.2 O diário de pesquisa

O diário de pesquisa foi adotado como instrumento de coleta de dados pela função de se poder registrar fatos coletados ao longo da pesquisa e que, posteriormente, seriam transformados em dados. Eventos como investigação do ambiente escolar no Lar do Garoto, observação das aulas de leitura da professora colaboradora e análises de documentos oficiais do Lar do Garoto, foram registrados no diário de pesquisa ao longo do trabalho. Esse método de coleta contribuiu para a descrição de experiências e descobertas vivenciadas no decorrer da pesquisa.

O diário teve uma importante funcionalidade no registro de dados para posterior análise, contribuindo para o desenvolvimento do presente artigo acerca do ensino de leitura no Lar do Garoto. Instrumento, sem a qual, não seria possível recuperar memórias que foram desenvolvidas ao longo do trabalho. A adoção do diário de pesquisa se deu a partir das orientações de Bortoni-Ricardo (2008, p. 47), que entende que ele “pode propiciar a inclusão de mais detalhes que voltem à memória”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

4.1 A aula de leitura em instituição socioeducativa

Nas observações das aulas de leitura da ECIT Francisca Martiniano da Rocha, anexada ao Lar do Garoto, de modo geral, foram identificadas dificuldades recorrentes nas habilidades leitura, produção de textos e análise linguística, por parte dos alunos, dificuldades comuns nas salas de aula da educação básica das escolas públicas. Chamou nossa atenção, inicialmente, a pequena quantidade de alunos nas aulas, em média, 3 ou 4 por turma. Posteriormente, esta situação foi confirmada na entrevista quando, na segunda pergunta do Bloco I, a professora falou sobre os desafios mais frequentes encontrados na sua sala de aula no Lar do Garoto. Para ela, o fato de as turmas serem separadas, “quebradas”, em razão da má convivência dos alunos na instituição, por conta das questões de brigas de “facções”, é um ponto negativo para o desenvolvimento das aulas de leitura, pois o professor fica restrito de muitas opções didáticas para trabalhar com os alunos, e isso pode resultar num dado negativo, quando da elaboração e a aplicação de um plano de aula em que os alunos devam formar grupos para trabalhar algum texto ou então fazer outros tipos de trabalhos em grupo.

Um ponto relevante a ser destacado foi o fato de a professora ter afirmado que os alunos esperam mais das aulas de leitura. Acreditamos que tanto ela quanto toda sociedade espera/esperava mais de toda ação socioeducativa desenvolvida no Lar do Garoto. Esse dado foi coletado em entrevista, quando indagamos se, na visão dela, o aprendizado da leitura acontece de forma satisfatória por parte dos alunos que frequentam a EJA no Lar do Garoto (Questão 4, Bloco III). Sua resposta foi que

[...] os alunos esperam mais, mas nós, enquanto professores, procuramos dar o possível que conseguimos lá, com todas as dificuldades já ditas, porém os alunos não conseguem ver outra saída que vai além de fatores socioeconômicos, emocionais. Tudo influencia no ensino tanto de leitura em língua portuguesa, como das demais disciplinas. Então eu acredito que por parte dos alunos podia ser bem mais satisfatório o ensino de leitura.

Diante dessa resposta, encontramos uma falha no ensino do Lar do Garoto. Confessamos que hipotetizávamos essa afirmativa, quando iniciamos esse estudo. Se há uma culpa, acreditamos que não seja por parte da professora, mas do sistema de educação que não tem alcançado essa instituição de forma satisfatória. E isso é um sério problema, pois o Lar do Garoto é resultado da falha do Estado na garantia de acesso à educação dos adolescentes extramuros. Consequentemente, essa falha resulta no acesso à criminalidade, que leva os jovens a roubar ou traficar, pois talvez sejam essas as únicas alternativas encontradas no convívio em sociedade.

Depois disso vão para o Lar do Garoto, com a ideia do Estado de serem (re)socioeducados. Mas o que se constatou, por meio dessa pesquisa, foi outra falha do Estado, no que se refere ao ensino dos alunos que já estão com a liberdade restrita no Lar do Garoto. Essa situação dá margem para mais uma indagação: Será que os alunos saem aptos para atuarem em sociedade? Enfim, o que percebemos atualmente é uma instituição que urge políticas públicas que integrem um ensino de qualidade para esses jovens que estão “perdidos” nas malhas de um sistema também abstruso.

Por conseguinte, discorreremos sobre a observação da aula cujo plano trazia o tema “Introdução à Literatura - O texto literário e o texto não literário”, aula do ciclo V da EJA, que contou com a participação de 3 alunos. A professora abordou aspectos bem introdutórios acerca da literatura. Esse momento introdutório culminou na já esperada explicação de que a literatura é a arte por meio da escrita, da fala, do teatro, em que pode despertar sentimentos ou sensações no interlocutor.

Posteriormente a docente explicou para os alunos a diferença do texto literário para o não literário, em que foi percebida uma boa interação aluno-professor. No entanto, no decorrer da aula sentimos falta de a professora relacionar o texto literário com algumas práticas que interessam muito esses alunos, como improvisação, rap, rimas, músicas relacionadas à realidade dos alunos, retratando a condição de vida nas cidades, favelas, morros e periferias.

4.2 Desafios ao ensino de leitura no lar do garoto

A partir da análise da entrevista que realizamos com uma professora atuante na escola ECIT Francisca Martiniano da Costa, anexada ao Lar do Garoto, ficou percebido que vários desafios são enfrentados diariamente para a efetivação do ensino de leitura na instituição, tanto no que se refere aos aspectos estruturais quanto emocionais dos alunos.

Descobrimos que um dos problemas existentes e que dificulta bastante a aula de leitura é a falta de aparato tecnológico para o desenvolvimento das aulas, a exemplo do uso de celulares, computadores e rede de internet. Durante o período de observação, também se constatou que a escola não dispõe de Datashow. Na entrevista, a professora afirmou que a escola não dispõe sequer de impressora: “falta material para simplesmente tirar uma xerox, fazer uma aula diferenciada, mais dinâmica”.

A professora destacou que é proibido o uso de celular nas aulas, por questões de segurança. Isso ocorre para evitar que o aluno tenha contato com o mundo exterior, em cumprimento à sua privação. Essa proibição tem respaldo no plano de segurança para unidades de internação e execução de medidas socioeducativas no estado da Paraíba, sendo terminantemente proibido dentro dos alojamentos e alas da unidade de internação aparelhos celulares (PARAÍBA, 2018).

A partir dessas informações constatou-se que a professora colaboradora da pesquisa, que atua no Lar do Garoto, não dispõe de alternativas digitais para realizar suas aulas de leitura com o apoio de instrumentos tecnológicos, isso a impede de trabalhar a partir de gêneros textuais que circulam em meios de comunicações, como as redes sociais, por exemplo, e que pode ser uma forma “atraente” de interagir com os alunos.

Nesse contexto, percebemos que há um estreitamento para o professor quando a tecnologia é suprida do seu ambiente de atuação, isso porque atualmente vivemos a era da tecnologia, em que crianças, jovens e adultos vivem rodeados de instrumentos de acesso à tecnologia digital. Então, descarte-se a possibilidade de o professor trabalhar com os alunos a partir da diversidade de gêneros textuais que circulam nas redes, e, conseqüentemente, abre-se caminho para discriminação do acesso à leitura, fechando as portas para a democratização.

Percebemos que esta restrição está ligada a questões de procedimentos de segurança do Lar do Garoto, enquanto instituição de internação de jovens infratores, entretanto, não significa que a escola, que é instituição anexada, e de incumbência da Secretaria de Educação, não possa ofertar recursos que proporcionem local apropriado com aparelhos tecnológicos para uso nas aulas de leitura, sem influenciar na rotina diária da unidade e dos agentes socioeducativos.

A própria BNCC (BRASIL, 2018), ao tratar do ensino de Língua Portuguesa, Linguagens, códigos e tecnologias, leva-nos a refletir sobre as novas práticas de leitura/interação advindas da era digital. E, assim, entendemos que devemos atentar para a ressignificação da formação do leitor e do ensino de leitura.

O ensino socioeducativo não pode ficar atrelado ao modelo tradicional de ensino, uma vez que é importante que propostas didáticas sejam elaboradas para as escolas anexadas às instituições como o Lar do Garoto, sobretudo no que se refere à tecnologia. As diretrizes Nacionais para o ensino socioeducativo falam sobre “a implementação de políticas, programas, projetos e ações educacionais, por meio de parcerias com instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica”. (BRASIL, 2016, p. 3).

Entretanto, constatou-se que a ECIT Francisca Martiniano da Rocha, anexada ao Lar do Garoto, não é contemplada com nenhuma política ou programa que possa proporcionar ao aluno, e ao professor, estrutura tecnológica para realização de aulas, como por exemplo, uma sala digital com acesso à internet, computadores etc. Essa proposta justifica-se pelo fato desse aluno não estar inserido ao convívio em sociedade, e, conseqüentemente, não ter acesso diário a aparelhos digitais, necessitando de apoio educacional em prol de uma tomada de ação no sentido de (re)socializá-los ao convívio da vida em sociedade moderna e multiletrada.

Portanto, a reversão desse quadro pode ser uma alternativa positiva para o desenvolvimento do ensino de leitura, por meio da inclusão desses alunos aos gêneros textuais lhes chamam atenção, com a finalidade de estabelecer sentidos para os sujeitos sociais heterogêneos inclusos no contexto escolar (MACÁRIO; RODRIGUES, 2021).

Essa questão é amplamente observada, por exemplo, no “Letramento de resistência” (MACÁRIO; RODRIGUES, 2020), em que alunos demonstraram mais interesse e produtividade ao ser-lhes dados a opção da prática de leitura através de mídias digitais que os cativam. No caso do Lar do Garoto, embora a escola seja um ambiente agregado, não podemos desconsiderar o alunado, pois eles não têm as mesmas características de alunos que estão no ensino regular. Portanto, urge trabalhar a leitura com esses alunos a partir de práticas que possam despertar seu

interesse, a fim de (re)inseri-los na sociedade por meio de um trabalho que envolva a realidade dos adolescentes, com práticas de sala de aula que dialogam com as reais habilidades de leitura em vida social.

4.3 Preparação profissional para atuação socioeducativa na eja

No Projeto Político Pedagógico da unidade socioeducativa Lar do Garoto, constatamos que a modalidade de ensino adotada é a Educação para Jovens e Adultos, justificada pelo fato de haver grande defasagem na relação entre idade e série dos alunos, conforme citação:

A Escola Socioeducativa implementada em 2017 pela FUNDAC tem como modalidade a Educação de Jovens e Adultos, permitindo atender as especificidades pedagógicas e escolares diante das defasagens existentes entre idade/série na maioria dos socioeducandos do Lar do Garoto. (PARAÍBA, 2017, p. 61-62)

No que se refere à preparação profissional prévia para atuar na modalidade EJA, no ensino socioeducativo, de acordo com os dados coletados, inicialmente, na entrevista com a docente que atua com o ensino de língua portuguesa, identificou-se que não houve nenhum preparo prévio para os professores adentrarem na sala de aula no Lar do Garoto. A professora entrevistada afirmou que nunca participou de nenhuma preparação para sua atuação na instituição. Isso é preocupante, uma vez que se trata de um alunado muito específico, de liberdade restrita, ou seja, indivíduos marginalizados e que requerem atenção específica.

Em entrevista, a profissional de Letras explica que, embora já tenha atuado por muitos anos na educação básica, em escolas regulares, ou até mesmo na modalidade de ensino EJA, não recebeu formação específica para entrar em uma instituição socioeducativa, como o Lar do Garoto e ensinar a leitura para os jovens que ali estão cumprindo medida restritiva. Mesmo assim, ela não ignora que é preciso refletir que, nesse contexto, há uma imensa complexidade social, cultural e econômica entre os alunos ali inseridos e concordou conosco que o professor de linguagens deve estar preparado para lidar com tal situação, tanto profissionalmente quanto psicologicamente.

Documentos oficiais como as Diretrizes Nacionais para oferta de ensino na modalidade EJA reconhece o exposto, discorrendo sobre a importância de aperfeiçoamento docente quando se trata de alunos privado de liberdade, sobretudo quando falamos de adolescentes. De acordo com as Diretrizes,

[...] muitos profissionais contratados nem mesmo possuem experiências com o trabalho docente com jovens e adultos. Saíram das universidades para atuar em escolas regulares do mundo livre, sem nem mesmo terem vivenciado qualquer iniciativa e/ou experiência com a Pedagogia Social. Poucas são as universidades que investem em uma matriz curricular que estimule e possibilite o discente de visualizar alternativas no campo profissional da educação além dos postos cotidianamente dispostos no mercado de trabalho. (BRASIL, 2010, p. 21)

É a partir desta visão que esta pesquisa teve como um de seus objetivos refletir sobre a formação docente do professor que atua com o ensino de linguagens/leitura na educação básica, inclusive na modalidade EJA e em instituição socioeducativa. Pode-se afirmar que é através da profissionalização que o professor

poderá ser norteado a elaborar propostas didáticas de acordo com o ambiente escolar ao qual está inserido, levando em conta aspectos importantes como conhecimentos prévios, letramento sociocultural e historicidade do seu alunado. Além do mais, é importante que o professor atue a partir da perspectiva de inclusão social por meio da leitura, mas, para tanto, a formação docente trona-se uma etapa indispensável: “[...] falar da inclusão social perpassa, inclusive, pelo conteúdo da formação docente para o desafio de incluir o alunado na escola” (MACÁRIO; RODRIGUES, 2020, p. 330).

No Decreto Nº 37.505, de 18 de julho de 2017, que criou o Programa de Educação Cidadã Integral para atendimento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas – Janela para o futuro, no estado da Paraíba, encontramos o dispositivo que versa sobre a iniciativa de preparar os docentes para atuar de forma competente, com os alunos da Escola Integral do Lar do Garoto. O dispositivo afirma que

A SEE fica autorizada a formalizar acordo de cooperação técnica com instituições públicas ou privadas, bem como descentralizar recursos para órgãos estaduais da administração direta e indireta, em especial para oferta de cursos de educação profissional e/ou formação de professores. (PARAÍBA, 2017, p. 1)

Ficam a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento Humano e a FUNDAC responsáveis pelas ações de formação de professores e profissionais envolvidos no atendimento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (PARAÍBA, 2017, p.1)

Diante dos seguintes dados, fica claro que a Secretaria de Estado da Educação – SEE - ficou responsável por fazer parceria com instituições visando a preparação dos professores do Lar do Garoto para atuarem na modalidade de ensino EJA. Entretanto, por meio da entrevista realizada com a professora colaboradora deste estudo, e que atua na instituição *lócus* da pesquisa, ficou verificado que os professores que atuam com o ensino de linguagens na “casa” não tiveram nenhum tipo de preparação específica para ingressar na instituição, bem como nenhuma formação continuada foi ofertada. Segundo a professora: “não houve e não há nenhum tipo de formação específica, nem para o ensino de leitura na modalidade EJA, nem para a modalidade da socioeducação, que é a qual nós trabalhamos”.

Por fim, foi realizada a análise das Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba (PARAÍBA, 2021), a fim de descobrir se há alguma proposta de formação continuada para professores atuantes no ensino socioeducativo. Foi encontrado no documento um dispositivo afirmando que os professores que atuam na rede ensino socioeducativo da Paraíba devem contar com formação pedagógica, Direitos Humanos e práticas restaurativas (PARAÍBA, 2021), porém, de acordo com a professora que se dispôs a participar deste estudo, não houve nenhum tipo de formação para atuar no ensino socioeducativo.

4.4 A importância da biblioteca para o ensino de leitura socioeducativo

Em nossa pesquisa, pudemos constatar que a ECIT Francisca Martiniano da Rocha, escola anexada ao Lar do Garoto, não dispõe de biblioteca para os alunos, e é carente de livros didáticos da EJA, bem como livros voltados para o ensino socioeducativo. Dessa forma, não auxilia alunos internos e nem professores que

atuam numa perspectiva muito específica para a formação de leitores de uma sociedade complexa como a brasileira.

Ao analisarmos as respostas da professora colaboradora, obtidas pela entrevista, percebemos que há um certo descaso no tocante ao material disponível tanto para o professor lecionar quanto para os alunos leitores em formação escolar. O professor de português não dispõe de livros da EJA para ministrar as aulas.

De acordo com a professora, que atua na instituição, a falta de material específico para o ensino socioeducativo é um problema constante na escola, sendo necessário “adaptar” livros do ensino regular, para ministrar as aulas de língua portuguesa. Em suas palavras: “Eu, enquanto professora de língua portuguesa, eu utilizo alguns livros didáticos da escola regular, livros que a gente pode pegar na escola sede, que é a escola estadual de Lagoa Seca e aí eu vou adaptando para minha realidade do EJA e da socioeducação”.

Nesse sentido, percebemos uma falha na transposição da teoria para a prática do Projeto Político Pedagógico da instituição, uma vez que o eixo educação deveria fomentar propostas de inserção de livros didáticos apropriados para o ensino socioeducativo, pois o decreto nº 37.505, que criou o programa da educação socioeducativa, incumbiu a Secretaria de Estado da Educação a propor o Projeto Pedagógico para nortear a escola na socioeducação, no caso presente, o Lar do Garoto. De fato, o PPP preconiza a EJA como a modalidade de ensino adotada, entretanto, encontra-se uma falha no que se refere à disposição de material adequado para a efetivação do ensino. Entretanto, há uma lacuna no processo de letramento sociocultural e histórico proposto pelo documento.

Levando-se em conta que a Secretaria de Educação ficou responsável pela implementação da ECIT socioeducativa, mas não promoveu meios adequados para sua efetivação, o que podemos concluir é que o processo é falho, necessitando de iniciativas plausíveis para reverter essa cena socioeducativa mediante ações direcionadas especificamente para a resolutiva do problema que a nossa pesquisa permitiu revelar.

Diante disso, uma primeira iniciativa seria a construção de uma biblioteca. A biblioteca tem um papel fundamental na escola, sobretudo para o ensino de leitura. E como demonstramos anteriormente no nosso estudo, o fato de a escola não permitir a utilização de tecnologias digitais como celulares, tablets e computadores, por questões já apresentadas e que direcionam as normas internas ao ambiente socioeducativo do Lar do Garoto, a biblioteca deveria ser uma solução viável para a efetivação tanto do trabalho da professora quanto da formação do socioeducando. No entanto, segundo a professora: “Nós não temos uma biblioteca adequada”. O que foi confirmado, inclusive, no período de observação das aulas, em que percebemos que havia livros amontoados nas salas de aula, mas eram livros didáticos que não chamavam a atenção dos leitores.

Como extensão da sala de aula, a biblioteca tem um papel fundamental na formação educacional do aluno, pois tem o poder de promover informação, cultura, criticidade e estimular o hábito de leitura. Sabe-se que a prática e efetivação de atividades de leitura está para além dos livros, todavia a biblioteca é uma alternativa para que o professor de português auxilie no despertar do interesse dos alunos pela leitura, por meio de atividades envolvendo o acesso à biblioteca/leitura, dando aos alunos a oportunidade de escolher um livro de acordo com seu gosto, ou fazer oficina de leitura, narração de histórias, desafios lúdicos, envolvendo leitura, entre outras práticas de letramento que, em contextos comuns, já despertam e abraçam os envolvidos.

E o que dizer de alunos leitores privados da liberdade e acesso à leitura fluida dos meios midiáticos contemporâneos? Entendemos que a criação de uma biblioteca seria o primeiro passo para buscar efetivar multiletramentos de alunos em processo de (re)socialização no Lar do Garoto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, sabendo que a leitura é a base da educação, sua importância está intrinsecamente ligada à capacidade de desenvolvimento humano. Dessa forma, pode-se destacar que a leitura é fator primordial para formação do indivíduo. Outros fatores importantes, tais como desenvolvimento sociocultural, capacidade de ler/interpretar, desenvolvimento argumentativo, articulados às atividades de escrita, aprimorarão o desenvolvimento do senso crítico, viabilizarão a inclusão social e expandirão o conhecimento de mundo, para além da aquisição de um bom vocabulário. Estes atributos inerentes à aprendizagem linguística são resultados da efetivação de atividades eficazes e do desenvolvimento de letramentos múltiplos que o indivíduo pode adquirir a partir de práticas de leitura sociointeracionistas. Nessa perspectiva, fica evidente a importância do ensino de leitura para a formação do cidadão crítico e preparado para atuar nos mais diversos contextos sociais.

O desenvolvimento desse trabalho evidenciou alguns problemas no que se refere à preparação docente específica para atuar no ensino socioeducativo no Lar do Garoto, bem como estrutura adequada para o desenvolvimento das aulas de leitura. Os resultados da pesquisa mostraram a necessidade da promoção de práticas de leitura que envolvam os alunos à realidade socioeducativa, em conformidade com suas especificidades.

Durante o processo de pesquisa, percebemos que os internos do Lar do Garoto têm uma cultura muito em comum entre eles, sobretudo, no que se refere a forma de falar, dos gostos musicais e no gosto pelas artes, mas percebemos também que esses valores/saberes são ignorados enquanto leituras/textos pelo agir docente, aquilo que Rodrigues (2009) já alertava e pedia mudança de atitude, por parte de professores e acadêmicos que ignoram o prazer do texto (BARTHES, 2006).

O gosto pela leitura começa pelas pequenas coisas que nos chamam atenção. Considerando a especificidade de cada leitor, a iniciativa da leitura deve partir de pequenos gestos/gostos, o que podem ser uma porta para inserção de indivíduos ao mundo da leitura.

Diante disso, urge a necessidade de propostas pedagógicas/metodológicas que possam usar essas habilidades dos discentes como formas de aproximá-los da leitura, despertando-os para o valor dessa habilidade nos processos de letramento e para o desenvolvimento pessoal e social.

De acordo com os PCN, "Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente" (BRASIL, 1998, p. 18). Seguindo essa prerrogativa, a educação oportunizará a inclusão de jovens leitores à sociedade, por meio da leitura. Essa é uma ação conjunta que deve ser construída de forma coordenada (que envolve escolas, secretarias de educação, mas também os cursos de formação de professores), para que o professor possa estar preparado (profissionalizado) para atuar em consonância com o ambiente ao qual será inserido, seja escola pública, privada, socioeducativa ou penitenciária. Assim, o professor será capaz de efetivar o seu papel como formador de leitores.

Finalmente, destacamos o desafio que foi desenvolver um estudo voltado para um tema tão específico e ao mesmo tempo carente de um olhar mais amplo, que envolva a intensificação de pesquisa e da produção científica na área. O sistema socioeducativo é muito pouco trabalhado em cursos de formação de professores e isso contribui de forma negativa para a efetivação de políticas que ofertem um ensino de qualidade para os adolescentes que estão em medida restritiva e que em breve retornarão à sociedade com acentuados déficits de letramentos. Assim, esperamos que nossa iniciativa possa, de alguma forma, contribuir para o aprimoramento do ensino de leitura, de um modo geral e, especificamente, em salas de aula de Língua Portuguesa de instituições socioeducativas como o Lar do Garoto.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BORGES, A. E. de A.; RIBEIRO, W. R.; SILVA, G. N. **Projeto político-pedagógico**. Lagoa Seca – PB, 2019.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 Jun. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de Jun. 2022.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1998.144p.
- BRASIL, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação e jovens e adultos**. Resolução Nº. 1/2000. Brasília, 2000.
- BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais**. Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006.
- BRASIL, Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007. **Programa Brasil alfabetizado**. (Revogado pelo Decreto nº 10.959, de 2022.), Brasília, 2007.
- BRASIL, **Diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Resolução CNE/CEB 3/2016. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2016, Seção 1, p. 6.; 2016.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018.
- DANTAS, M. A. C. O.; RODRIGUES, L.P. A formação do professor de língua materna aspectos didáticos e currículo. *IN: ALVES, S. M.; CARVALHO, L. da S.; LOPES, M. S. de O. (Org.). Jogando com as linguagens práticas de pesquisa no PLOFLETRAS*. – 1. ed. São Paulo: Pá de Palavras, 2019. p. 153-168.
- DIGIÁCOMO, M. J.; e DIGIÁCOMO, I. de A. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 6. ed. Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)
- MACÁRIO, R.O.; RODRIGUES, L.P. A leitura na educação de jovens e adultos. *In: ARANHA, S. D de G.; SOUZA, F. M. de. Prática de ensino e tecnologias digitais*. Campina Grande. EDUEPB, 2018. P.429-467.
- MACÁRIO, R.O.; RODRIGUES, L.P. **A leitura na educação de jovens e adultos: uma experiência pedagógica para a formação de leitores mediada com revistas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, 2021.
- MACÁRIO, R.O.; RODRIGUES, L.P. Letramento de resistência no ensino médio: ações didáticas para a formação leitora. *IN: TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rev: Educação, Cultura e Sociedade. Sinop/MT/Brasil, v. 10, n. 3, p.324-338, Ed. Especial, 2020.
- OLIVEIRA, L. F. de.; RODRIGUES, L. P. A leitura nas culturas híbridas: ação de linguagem e multimodalidade. *In: LENDL, A.; SOUZA, F. M. de. (Org.). Ensino de línguas na contemporaneidade: multimodalidade e tecnologias digitais*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. p. 31-47.
- OLIVEIRA, L. F. de.; RODRIGUES, L. P. **Leitura: um lugar atravessado pela historicidade da linguagem**. Revista do GELNE, v. 22, número 2, 2020.
- PARAÍBA, **Diretrizes operacionais das escolas da rede estadual de educação da paraíba**. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. 2021.
- PARAÍBA, **Janela para o futuro**. João Pessoa. Decreto nº 37.505. João Pessoa, 2017.
- PARAÍBA. **Plano de segurança para unidades de internação e execução de medidas socioeducativas no estado da paraíba**. MENESES, M. A. R. de; MEIRELES, M. B. de; SILVA, G. N. da. (Org.). João Pessoa: A União, 96 p. 2018.

RODRIGUES, L. P. Cultura clássica, cultura vulgar: considerações acerca do ideal de autor, leitor e leitura. In: **Revista Sociopoética**: Campina Grande-PB: ADUEP, 2009, ISSN 1980 7856 – Volume 1, Número 3, pp. 1-16.

RODRIGUES, L. P. **Vozes do fim dos tempos**: profecias em escrituras midiáticas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. (Tese Doutorado em Linguística).

RODRIGUES, L. P. Folhetos de cordel no ensino de língua materna: aspectos culturais e formação docente. In: **Revista do GELNE** / Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste. V. 18, n. 2, p. 140-167. Natal, 2016.

RODRIGUES, L. P. Por uma linguística da prática. In: ALMEIDA, S. M. J. de; ATAIDE, C.; GOMES, V. S.; RANIERE, T. L. da S.; SILVA, A. P. da.; SILVA, E. C. da. **Gelne 40 anos**: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em linguística e literatura. São Paulo: Blucher, 2017a.

RODRIGUES, L. P. O oral e o escrito em práticas e eventos de letramento. In: NORONHA, C. A.; SÁ JÚNIOR, L. A. **Escola, ensino e linguagens**. Natal: EDUFRN, 2017b, p. 51-77.

SÁ, R. de O.; RODRIGUES, L. P. Ensino de produção textual no proeja: dos documentos oficiais à pedagogia de projetos. In: ALMEIDA, B. T. de.; OLIVEIRA SÁ, R. de. **Discursos Interdisciplinares por uma Educação**. Natal: Editora FAMEN, 2020. p. 173-184.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**. Coordenação da tradução: Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos - Departamento de Ciências Biomédias USP Revisão da tradução: Monica Stahel M. da Silva. – 4 ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1991.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS**

ORIENTANDO: Jardiel Ricardo Brandão

ORIENTADOR: Prof. Dr. Linduarte Pereira Rodrigues

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Observações

- Esta entrevista tem como objetivo coletar dados consistentes acerca do ensino de leitura na escola ECIT Francisca Martiniano, anexada ao Lar do Garoto, com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: **Como o ensino de leitura é desenvolvido pelos professores de Língua Portuguesa que atuam na modalidade EJA no Lar do garoto?**
- O presente roteiro será dividido em três blocos, os quais tratarão sobre questões diferentes, mas complementares, cujo principal objetivo é a coleta de dados que atendam aos objetivos da pesquisa, visando uma posterior análise das consequentes respostas, com a finalidade de responder a questão de pesquisa proposta no presente trabalho.
- Por meio da presente entrevista, pretende-se colher da inquirida, percepções, concepções, descrições e respostas que possam contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.
- Por fim, tal entrevista destinar-se-á à uma professora do quadro de educadores da Unidade Socioeducativa Lar do Garoto a fim de coletar dados para o bom desenvolvimento do trabalho.

Entrevista

BLOCO I Aspectos iniciais

1. Como você se sente, enquanto professora de Língua Portuguesa, em fazer parte da equipe docente anexada ao Lar do garoto, por meio da secretaria de educação do Estado?
2. Quais são os desafios mais frequentes enfrentados nas suas aulas, no Lar do Garoto?
3. Nas aulas de leitura, os alunos apresentam alguma dificuldade? Quais são essas dificuldades?
4. Para o desenvolvimento do seu trabalho de Língua Portuguesa, você dispõe de material didático adequado para o cenário que você atua, considerando que o ensino é de jovens e adultos?
5. Caso não dispunha, como você resolve essa questão? Produz seu próprio material? Adapta materiais encontrados em websites? Outro?

BLOCO II Ensino de leitura

1. Enquanto profissional da área de linguagem, qual sua concepção de leitura?
2. Considerando a sua concepção de leitura, você acredita que consegue atingir os objetivos propostos para o seu ensino nas aulas de leitura?
3. As aulas de leitura, na sala de aula no lar do garoto, estão atreladas somente ao livro didático, ou você se utiliza de outros recursos midiáticos/tecnológicos para de desenvolvimento de suas atividades de ensino?
4. Enquanto professora de Língua Portuguesa do Lar do garoto, você ministra as aulas de leituras considerando o letramento prévio dos alunos, bem como seus conhecimentos e experiências?
5. O ensino de leitura na modalidade EJA tem sido a melhor alternativa adotada para os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas?
6. Considerando sua experiência, como professora da educação básica, você percebe se os alunos saem dos respectivos ciclos de ensino com a noção de leitura pretendida pelos documentos oficiais?
7. Considerando seus conhecimentos sobre os documentos oficiais que normatizam o ensino de linguagem na educação básica, você percebe que esses alunos da EJA saem dos respectivos ciclos de ensino com a noção de leitura pretendida pelos documentos oficiais?

BLOCO III Dificuldades, problemas e lacunas encontradas nas aulas de leitura no Lar do garoto

1. Quais as principais dificuldades encontradas para a realização de um efetivo ensino de leitura no Lar do Garoto?
2. Na sua opinião, a modalidade de ensino EJA tem contribuído de forma significativa para o desenvolvimento da leitura dos alunos nesse cenário? Sim ou não, justifique sua resposta.
3. Considerando a especificidade do ensino de Língua Portuguesa, no Lar do Garoto, houve algum tipo de formação docente específica para os professores que atuam com o ensino de leitura na modalidade EJA?
4. Na sua visão, o aprendizado da leitura acontece de forma satisfatória por parte dos alunos que frequentam a EJA, no Lar do Garoto? Sim ou não? Se não, quais são os principais fatores que contribuem para o não desenvolvimento da leitura dos alunos?
5. Na concepção de atual professora do Lar do Garoto, você acredita que as lacunas que dificultam o aprendizado dos alunos estariam relacionadas a fatores sócio-históricos e culturais?
6. Por fim, diante de todas as questões que foram postas, bem como das respostas trazidas, quais seriam as suas palavras finais?

Considerações Finais

Agradecer a entrevistada pela disponibilidade, bem como pela contribuição positiva para a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, e pela graça de estar concluindo a graduação, e poder iniciar outra etapa da minha vida.

Aos meus pais Cícero Brandão e Roziane Ricardo Brandão que sempre me incentivaram a seguir firme nos estudos, dando todo o apoio necessário para a conclusão do meu curso, bem como para a minha aprovação no concurso público para o cargo de Agente Socioeducativo do Estado da Paraíba.

Aos meus irmãos Joyce e Gabriel.

A minha família, pelo apoio e incentivo para estudar, sempre me motivando nos momentos difíceis, e facilitando meus caminhos com gestos de amor e afetividade.

Ao meu orientador, Linduarte Pereira Rodrigues, que se dispôs a me ajudar no desenvolvimento desse trabalho, sempre se mostrando interessado e prestativo a sanar todas as dúvidas que surgiram ao longo do estudo. Agradeço a atenção, apoio, disposição, motivação e conhecimentos transmitidos.

Aos professores do curso de Letras Português que contribuíram para a minha formação acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba. Por todo esforço e dedicação para a formação docente de todos os alunos que iniciam o curso de letras português.

À banca examinadora, José Josemir Domingos e Laécio Fernandes de Oliveira, que aceitaram avaliar o texto fruto desta pesquisa, contribuindo de forma significativa para sua versão final.